

Ata de reunião do CONAMA – GT Disposição de resíduos de lâmpadas mercuriais
Versão sujeita a aprovação

Local: SRT – SP
Data: 16-10-08

A Dra. Ruth Tabaczinski fez a abertura dos trabalhos informando a pauta e noticiando que a Dra. Zuleica Nycz (coordenadora do GT) não poderá comparecer à reunião de hoje por conta de problemas de saúde. Informado aos presentes que os documentos de trabalho da reunião estão disponíveis no site do CONAMA, inclusive a pauta da reunião e a ata da reunião anterior a ser aprovada pelos Setores presentes e que todos devem se inteirar dos documentos para melhor aproveitamento das reuniões.

Após uma troca de idéias a Dra. Ruth falou que todos os que se pronunciaram podem corrigir o que o texto se houver alguma falha na ata.

O Sr. Castañon iniciou a apresentação da Abilux que contempla o comprometimento dos fabricantes em trabalhar da melhor forma possível para a obtenção de uma Resolução viável não só no papel como especialmente na prática, a convergência de vários aspectos com os mencionados no documento inicial da Dra. Zavariz, o conteúdo de mercúrio nas lâmpadas que é controlável de várias formas e com grande precisão, um resumo dos dados estimativos do mercado de lâmpadas e alguns pontos considerados como básicos para o sucesso do processo.

Seguem perguntas, respostas e comentários feitos durante a exposição.

Foi perguntado a respeito do conteúdo das lâmpadas a vapor metálico e suas aplicações, e indicado que as mesmas possuem além do mercúrio outros metais como sódio e outras amalgamam. Este tipo de lâmpada é usado predominantemente em estádios de futebol, ginásios e outros locais similares, sendo algumas vezes são aplicados na iluminação pública.

Em relação às lâmpadas fluorescentes comuns de mercado foi informado que o IPT realizou há poucos anos atrás mensuração das lâmpadas mais comuns de mercado, encontrando uma média inferior a 10 miligramas de mercúrio.

O Sr. Valdivino da ACPO questionou que não houve redução na vida das lâmpadas com a redução do conteúdo de mercúrio e foi informado que as tecnologias modernas permitem a redução do conteúdo de mercúrio sem prejuízo da vida das lâmpadas e o que têm ocorrido é um aumento da vida das mesmas. O Sr. Castañon também comentou sobre os processos de pílula, cápsula e dosagem mais modernos e utilizados hoje em dia.

O Sr. Roberto da Cetesb e a Dra. Zavariz questionaram a respeito da indicação ao consumidor da quantidade de mercúrio e o Sr. Isac da Abilux informou que o importante para o consumidor é saber que a lâmpada contém mercúrio e deve ser descartada

adequadamente. Também que a quantidade de mercúrio não tem significado para o consumidor.

O Sr. Alexandre da ABILUMI informou que o Inmetro poderia realizar o controle do mercúrio nas lâmpadas a exemplo do que hoje já faz com eficiência, potência, vida, etc. dentro do Programa Brasileiro de Etiquetagem.

O Sr. João Bosco do IBAMA falou que para o sistema de gestão ambiental é importante conhecer o conteúdo de mercúrio nas lâmpadas para saber o que entra de mercúrio no país.

O Sr. Mauricio da ABILUMI falou que o importante constar na embalagem que o produto contém mercúrio.

O Sr. Alexandre da Ambiensys perguntou: alguém sabe se na gasolina tem mercúrio, se são 5 miligramas por litro, e qual a importância disso ao consumidor?

O Sr. Castañon menciona que devemos nos ater para o consumidor a informações relevantes.

O Sr. Jeffer da ACPO perguntou como se pode controlar o conteúdo pelo governo e o que aconteceria se o conteúdo estivesse fora do especificado?

O Sr. Isac da Abilux deu de exemplo o que ocorre hoje dentro do Programa Brasileiro de Etiquetagem, onde os produtos fora de especificação não podem participar do mercado e quando encontrados pela fiscalização são retirados do mercado e o fabricante ou importador multado.

O Sr. Jeffer da ACPO perguntou da utilização das lâmpadas de vapor metálico em residências e foi informado que tais tipos de lâmpadas não são utilizados em residências, não havendo luminárias residenciais para aplicação das mesmas.

O Sr. Castañon da Abilux ao mencionar a origem das lâmpadas, foi perguntado pela Dra. Zavariz porque não se fabricava lâmpadas fluorescentes compactas no país.

O Sr. Ludewig da Abilux respondeu que o Governo tarifa mais a importação de componentes do que os produtos acabados, além disto, o câmbio não favorece uma fabricação local, havendo uma concentração de produção para todo o mundo na China.

O Sr. Castañon destaca a importância do processo a ser adotado para o descarte seja a nível nacional, citando problemas com ações locais nos EUA e sucesso em ações nacionais na Europa.

A Sra. Patricia do SincoElétrico menciona o número limitado de empresas de reciclagem no país.

O Sr. Plinio da Ambiensys informa que já está atuando em todo o país, sendo licenciado até em Manaus.

A Dra. Zavariz menciona que havendo legislação haverá estímulo as empresas investirem em reciclagem em todo o país.

O Sr. Fernando da Apliquim fala da importância da normalização nos processos de descarte.

O Sr. Castañon cita que o que for definido deve ser fiscalizado.

O Sr. André do CEMPRE fala que deve haver um incentivo a redução do mercúrio, e que para tal deve se fazer uma proposta ao Governo.

O Sr. Castañon informa que as fábricas são globais e os processos são os mesmos havendo algumas vezes apenas um curto período de diferença entre as fábricas para adoção da mesma tecnologia.

Continuando cita a necessidade de uma Entidade Gestora única, independente e sem fins lucrativos para que haja confiabilidade e minimização de custos ao consumidor.

Destaca que o custo do processo de descarte em lâmpadas é diferente dos outros produtos podendo somar a um valor maior que o de fabricação.

O Sr. Rafael da Eletrobrás informa que nos contratos do Reluz existe uma cláusula que obriga o descarte.

O Sr. Ari do IAP fala que deve se estudar o que fazer com as lâmpadas já existentes no mercado e para tal deve se entender bem a operacionalidade do processo para a redução de seus custos, pois provavelmente existirão regiões que não serão atingíveis. Que alguns problemas podem ser resolvidos de forma isolada no Estado e cita o exemplo de agrotóxicos.

A Dra. Zavariz discorda de soluções locais.

O Sr. Castañon fala que o processo deve envolver a todos os que colocam lâmpadas no mercado e da necessidade de um pagamento à frente para que haja uniformidade de responsabilidades.

O Sr. Fernando da Apliquim cita o mercado de lâmpadas usadas e comercializadas como novas.

O Sr. João Bosco fala que o modelo mostrado pelo Sr. Castañon já é usado para pneus, que há um controle nas importações realizado pelo IBAMA e que é possível num modelo contemplar o passivo.

A Sra. Brunela explicou que diferentemente dos outros produtos usados como exemplo de reciclagem bem sucedida, dentre eles as embalagens de agrotóxicos, pneus inservíveis, óleo, no caso das lâmpadas o valor da reciclagem pode ser até mesmo superior ao custo de fabricação/importação do produto.

O Sr. Robson da Eletro Paineis pergunta se o custo impactaria o preço do produto e sua preocupação em relação ao produto chinês que na hora de reciclar não estaria presente ao mercado e é informado pelo Sr. Castañon que o custo do processo deve estar inserido no custo do produto e deveria ser compulsório antes da entrada do produto no mercado.

Tal custo formaria um Fundo onde todos participariam e que permitiria a cobertura dos produtos no mercado.

O Sr. Mauricio da ABILUMI pergunta o que ocorreria com um eventual importador que sonha não pagando impostos e também a reciclagem.

O Sr. Castañon responde que numa cobrança antecipada controlada pelo IBAMA e/ou INMETRO o processo estaria limitado.

Intervalo para almoço.

A Dra. Ruth passa a palavra para apresentação ao Sr. Mauricio da ABILUMI.

O Sr. Mauricio da Abilumi informa que os dados de mercado obtidos foram retirados do site ALICEWEB do MDIC e estão disponíveis no site da Abilumi. Abordou questões sobre o Programa Brasileiro de Etiquetagem, sobre o PROCEL e à questão da eficiência energética das lâmpadas com mercúrio. Informa que as lâmpadas fluorescentes compactas existentes no mercado são 100% importadas.

Seguem perguntas, respostas e comentários feitos durante a exposição.

A Sra. Melyna, investidora, informa que nas instalações em que é responsável reduziu o custo da conta de energia com essas lâmpadas pela metade.

O Sr. Jeffer pergunta sobre o grau de toxicidade.

O Sr. Marcio da Abilux responde que foram feitos ensaios de lixiviação e análise de caracterização dos resíduos e informa que a legislação brasileira é mais restrita que a americana.

O Sr. Mauricio da Abilumi fala que as legislações existentes devem ser seguidas.

O Sr. João Bosco do IBAMA fala que é impossível trabalhar corretamente sem uma quantificação. Diz que a legislação americana segue as normas e que são mais pragmáticos buscando pessoas competentes no trabalho.

O Sr. Roberson da Trampo cita de seu acordo com o distribuidor R. A. Machado onde as lâmpadas devolvidas são descontaminadas na mesma proporção das comercializadas.

O Sr. Robson de Maringá cita que o IAP obriga aos comerciantes a recolher todas as lâmpadas que o cliente trouxer.

A Sra. Denise da Brandon fala que não dá para reciclar todo o resíduo porque os pós de diversas origens se misturam.

O Sr. Jeffer da ACPO fala da importância da degradação ambiental gerada pelo mercúrio.

A Dra. Ruth passa a palavra para a apresentação ao Sr. João Bosco do IBAMA.

O Sr. João Bosco fala que o Brasil tem um problema ambiental difícil de resolver e que qualquer plano a ser desenvolvido deve ser factível, elogiando a apresentação da ABILUX, destacando que é algo naquele sentido que deve ser criado.

Fala que a Lei não proíbe importar mercúrio e que o IBAMA tem uma representação em todos os Estados que tenta acordar com os órgãos locais o controle do destino do mercúrio.

Continuando fala que o destino de todas as importações para explosivos, instrumentos de precisão, cloro-soda, lâmpadas e outros são conhecidos. O que é desconhecido é aquilo que é destinado, por exemplo, aos distribuidores aos dentistas. Faltam fechar estes dados.

No caso das lâmpadas pode se através do NCM controlar a entrada de produtos e entrariam os que tiverem o laudo com o conteúdo aprovado de mercúrio. Tal já se faz para pilhas e pneus. Alimentam-se os dados no SISCOMEX e toda vez que alguém pede importação a liberação cai no IBAMA. Tal poderá ser feito com lâmpadas e, portanto, produtos fora da especificação acordada não poderiam entrar no mercado por fabricação local ou importação.

Tal também é controlado hoje em sabões, óleos lubrificantes, etc.

O Sr. João Bosco fala que pode incluir novos códigos NCM, efetuar o contingenciamento e controlar quem contribuiu para a reciclagem.

Cita que o que vem para o garimpo são contrabando e difícil de controlar.

A penalidade na questão do mercúrio é muito abrangente e envolve a responsabilidade penal, civil e administrativa.

Deve-se usar a parametria para medir de fato a contaminação.

Normalmente a multa é educativa, pois é difícil valorizar o dano.

O IBAMA atua no artigo 61 do Decreto 6514/2008 e consegue arrecadar 5% das multas dadas.

Seguem perguntas, respostas e comentários feitos durante a exposição.

A Sra. Sueli dos Hospitais Alvorada informa que quando o fiscal chega, ele interpreta a legislação de uma forma e as pessoas de outro.

O Sr. João Bosco diz que é difícil definir o que é impacto significativo e há muita coisa subjetiva.

Encerradas as apresentações, o Sr. Plinio da Naturalis fala em criar uma página na internet para discussão, porém há dificuldade em administrá-la.

A Dra. Ruth fala sobre a aprovação da ata anterior e a necessidade da preparação de partes da proposta de Resolução uma vez que temos cinco a seis meses para fazer a proposta de Resolução.

A Dra. Zavariz fala sobre uniformizar o processo de produção.

A Sra. Tais da Abilux fala que discutir questões laborais poderia estar fora da competência do CONAMA.

A Dra. Ruth fala que devemos trabalhar para a Resolução de descarte, pois a mesma tem força de Lei, pois é baseada na Lei 6938/81.

Como a ata da reunião anterior está no site, aperfeiçoamentos a mesma devem ser dirigidos ao Sr. Isac relator através do e-mail. Este também ficou de falar com os recicladores para prepararem suas apresentações e disponibilizarem para a Dra. Ruth colocar no site 5 dias antes da próxima reunião.

Para a próxima reunião ficam programadas as apresentações das recicladoras, eventual transportadora, do Inmetro.

A próxima reunião foi programada, em princípio, para o dia 10 de dezembro, quarta feira na sede do CONAMA em Brasília.

Relator
Isac Roizenblatt